SELEÇÃO

Concurso da Câmara põe inteligência artificial na prova

Edital oferece 66 vagas imediatas e 118 de cadastro reserva para analista legislativo. Na especialidade com mais vagas, a do antigo taquígrafo, candidato terá de estudar transcrição feita por máquina

» JOÃO PEDRO DE LARA RESENDE*

Ana Viana

Ana Raquel, terceirizada na Câmara dos Deputados, vai fazer o concurso para o cargo de analista legislativo

Ana Raquel Costa Geraldes Foscaches, 39 anos, trabalha há quase oito anos na Câmara dos Deputados como editora de livros e preparadora de originais das Edições Câmara. Dali saem livros voltados à preparação para os concursos da Casa, especialmente sobre o Regimento Interno, o Regimento Comum e o processo legislativo. Agora, é ela quem vai estudar para um deles. Terceirizada, Ana Raquel pretende disputar uma vaga de analista legislativo na especialidade de registro e redação, o antigo taquígrafo, para continuar no ambiente de que gosta, mas com outro vínculo. "O salário é, sem dúvida, um grande incentivo para estudar para o concurso", afirma.

A diferença entre os dois vínculos aparece no contracheque e na rotina. Ana Raquel conta que exerce as mesmas atribuições que alguns servidores. Segundo ela, os salários e os benefícios dos terceirizados variam conforme o cargo, mas, em geral, são bem inferiores aos dos concursados. Ela cumpre as 40 horas semanais no prédio, enquanto os servidores podem dividir a semana entre 20 horas presenciais e 20 horas em teletrabalho. A estabilidade, lembra, só é garantida aos estatutários. "Com essa remuneração, eu teria mais tranquilidade financeira, poderia planejar melhor o futuro e teria mais condições de garantir uma aposentadoria confortável."

A oportunidade veio com o Edital nº 1, publicado pela Câmara em 2 de outubro. São 66 vagas imediatas e 118 de cadastro reserva, em 11 especialidades de nível superior, com remuneração inicial de R$ 32.070,88, carga horária de 40 horas semanais e lotação em Brasília. Os servidores da Casa recebem, ainda, auxílio-alimentação de R$ 1.860,44, segundo o sindicato dos servidores do Legislativo federal (Sindilegis). As inscrições ficam abertas de 15 de outubro a 17 de novembro, com taxa de R$ 130, no site do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), banca organizadora. Os pedidos de isenção podem ser feitos de 15 a 23 de outubro.

As provas objetivas e a discursiva serão aplicadas no mesmo dia, 17 de janeiro de 2027, em 26 capitais e no Distrito Federal, e o resultado final está previsto para 30 de abril. São três meses e meio entre o edital e a prova, prazo maior do que o do concurso anterior da Casa, cujo edital saiu em 30 de dezembro de 2025 e cuja prova foi aplicada em 8 de março de 2026. Para Leo van Holthe, professor de direito do IMP Concursos, o tempo é suficiente para quem começar agora. "Quem fizer uma boa preparação nesses três meses e meio pode, sim, se considerar no páreo para essa prova", afirmou, em material enviado ao **Correio**.

Da taquigrafia à IA

Registro e redação é o nome atual da carreira conhecida como taquigrafia. Pelo edital, cabe a esses analistas registrar os discursos e os debates do Plenário e das comissões da Câmara e do Congresso, documentá-los oficialmente e elaborar sumários das intervenções realizadas nas sessões. É a especialidade com mais vagas, 25 imediatas e 25 de cadastro reserva, e a única que aceita diploma de graduação em qualquer área.

Para esse trabalho, o edital traz uma novidade. Nos conhecimentos específicos, ao lado de linguística, processo legislativo e ciência política, aparece a disciplina de reconhecimento de fala, transcrição e inteligência artificial. Ela cobra como funcionam os programas que convertem voz em texto, como esses sistemas identificam cada orador quando várias pessoas falam, a pontuação automática e as dificuldades das ferramentas com sotaques e com o vocabulário parlamentar do português brasileiro. O edital cita nominalmente Whisper, da OpenAI, Google Speech-to-Text, Azure Speech e AWS Transcribe.

Parte do conteúdo trata da divisão de tarefas entre a máquina e o servidor. O candidato precisa saber o que diferencia a transcrição automática da revisão humana e como funciona o fluxo em que a inteligência artificial produz a primeira versão do texto e uma pessoa a revisa, com critérios de qualidade e de fidelidade. Outros tópicos tratam da geração automática de atas e resumos de sessões, da busca em acervos parlamentares, da proteção de dados, dos direitos autorais e da ética no uso dessas ferramentas. Segundo Leo, a seleção não terá a prova prática tradicional de apanhamento taquigráfico, na qual o candidato registra a fala em escrita abreviada.